

UNIDADE 3

A transição para o governo Vargas

Introdução

Nesta terceira Unidade da disciplina História do Brasil República I analisaremos processos de mudança, de desejos de alteração de uma dada ordem instituída, de resistência.

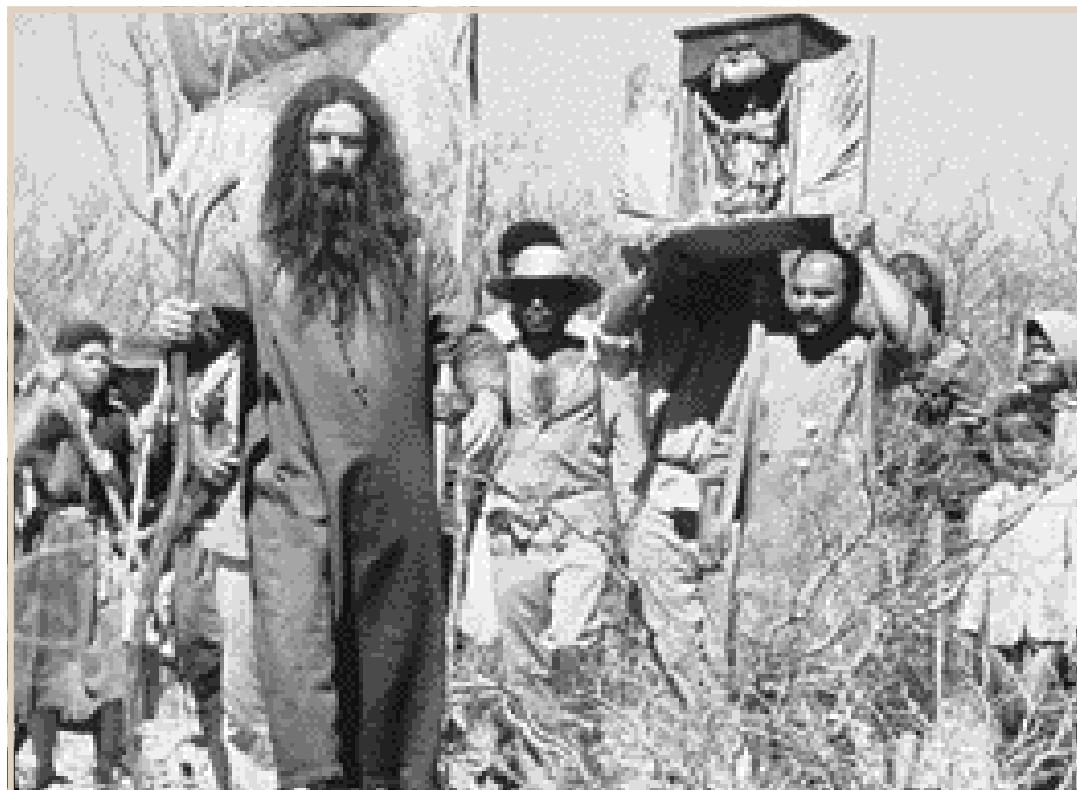
Com o objetivo de compreender melhor o processo histórico que culminou com o governo Vargas, estudaremos de modo mais detido “o processo” em si, as contestações sociais regionais, seus postulados, seus desfechos e suas tragédias, tais como Canudos, Cangaço, Contestado, Chibata e Vacina.

Pululavam no Brasil desejos de mudança e, em especial na década de 1920, assistiremos à conformação desses desejos expressos em movimentos sociais, na semana de arte moderna, na fundação de partidos políticos, na luta para participar mais efetivamente dos rumos de um país: do nosso país.

Você se defrontará com um Brasil que quer ser grande, mesmo sabendo de suas mazelas sociais, com sujeitos sociais que não se deixaram intimidar na tessitura política de seu tempo, com gente que saiu à rua para protestar e com gente que também preferiu se calar. Não podemos esquecer dos silêncios e dos “quase gritos” de nosso povo emaranhado nas redes de poder.

Desejamos bom estudo e férteis discussões!

3.1 As Contestações sociais



◀ Figura 20: Movimento messiânico de Canudos.

Fonte: http://3.bp.blogspot.com/_YqxjKmLnGzU/THa4GhCM8dI/AAAAAAAABY/3VxBJhGzRhQ/s320/Canudos.gif
Acesso 24/02/2011.

No Brasil da Primeira República podemos dizer que o nosso país teve importantes movimentos rurais e messiânicos, os quais “sacudiram” o ambiente rural brasileiro. A figura em destaque refere-se à Guerra de Canudos, ocorrida no Brasil entre 1893 a 1897, no governo de Prudente de Moraes. Além desta, outras ocorreram no mesmo período, a saber: Guerra do Contestado e o Cangaço.

Você já se perguntou sobre as razões que levaram as pessoas - em comunidades inteiras - a se rebelarem contra a República nascente no Brasil? Vamos conhecer essas razões e os desfechos desses processos para que possamos compreender melhor esse importante período da nossa história.

a) A Guerra de Canudos

Acreditamos que a Guerra de Canudos não pode ser classificada como uma simples guerra de fanáticos ou de meros seguidores de Antônio Vicente Mendes Maciel – O Antônio Conselheiro. Esta guerra ocorrida no sertão da Bahia apontou muito mais para uma importante insatisfação social à ordem vigente na Primeira República. Nesse momento, a ordem vigente na Bahia era de sujeição aos coronéis republicanos, cujas forças locais eram imensas, bem como a miserabilidade e a seca que afligia os sertanejos dessas terras brasileiras.

Antônio Conselheiro, líder de Canudos, nasceu em Quixeramobim/Ceará, em 1828. Ele se estabeleceu no arraial de Canudos em 1893, às margens do Rio Vaza-Barris, no sertão nordestino. O lugarejo foi se desenvolvendo e atingindo aproximadamente 25 mil habitantes. A figura mostra uma imagem panorâmica de Canudos.





Figura 22: Canudos a Sudeste - Em primeiro plano, uma típica casa do arraial. Segundo o relato do correspondente da *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, Favila Nunes, as construções eram de "pau-a-pique, cobertas com folhas de icô com barro por cima ou telha vã. (...) As portas são tão pequenas que é preciso abaixar-se para transpô-las; estendendo-se o braço para cima, toca quase a cumeeira; os caibros e ripas são seguros com cordas e cipós, as dobradiças das portas e microscópicas janelinhas são de sola, na sua quase totalidade não têm reboco nem caiação, interna ou externa". À esquerda, ao fundo, as ruínas da Igreja do Bom Jesus.

Inicialmente Canudos era uma fazenda abandonada de pau-a-pique. Nesse lugar a religiosidade era intensa e havia oposição clara quanto à instituição do casamento civil em 1890, enfatizando a laicização da República brasileira. Segundo Koshiba e Pereira, a origem dos beatos nordestinos encontra-se em atividades desenvolvidas por padres na região, a exemplo do "Padre José Maria Ibiapina, que, seguindo a orientação do catolicismo de seu tempo, procura melhor comunicação entre clero e fiéis". Vejamos:

Ao Padre Ibiapina deve-se a criação de inúmeras 'casas de caridade', mescla de orfanato e escola, que se multiplicaram a partir da segunda metade do século XIX. Essas 'casas de caridade' eram administradas por ordens leigas, não oficiais, isto é, não reconhecidas pela Igreja, mas toleradas por ela. É em função dessas 'casas' que irão se multiplicar estas ordens de beatos, que eram expressão concreta da intensificação da religiosidade no sertão nordestino. Dentro desse quadro é que começa então a aumentar o prestígio de Antônio Conselheiro que, por isso mesmo, passa a ser perseguido sistematicamente pela Igreja. Já com inúmeros seguidores, logo após a proclamação da República, Antônio Conselheiro se estabelece no sertão baiano, na localidade denominada Arraial de Canudos, à margem do rio Vaza-Barris. Formam ali uma comunidade de beatos, que em virtudes das crescentes pressões religiosas e civis, decidem romper com o mundo circundante, organizando-se assim uma comunidade consciente de suas particularidades (KOSHIBA; PEREIRA, 1996, p.226-7).

O arraial de canudos foi próspero, sempre a ele eram acrescidas pessoas advindas do sertão que logo se "ajeitavam" em casa de taipa, produziam para o seu sustento. Desejavam construir uma comunidade autônoma e igualitária baseada na posse coletiva dos bens e produtos e não na propriedade privada da terra. É bem possível que a miserabilidade estivesse distante daquele lugar onde a terra, a água e o trabalho humano geraram um breve período de fartura para aquela população.

Uma sociedade com essa natureza naturalmente não agradaria à sociedade brasileira republicana nascente. O povo de canudos não podia prosperar como modelo de sociedade, pois se chocava com o modo de pensar do novo regime. Desse modo, foram organizadas quatro grandes expedições militares para destruir Canudos, sendo duas estaduais e duas federais, a saber:

Fonte: http://www.passeiweb.com/saiba_mais/fatos_historicos/brasil_americana/a_guerra_de_canudos Acesso em 10/02/2011.

ATIVIDADES

Vamos pensar a atuação do Estado Republicano no trato com as revoltas messiânicas?

Visite o site:
<http://www.portalsao-francisco.com.br/alfa/guerra-de-canudos/bello-montes-canudos-3.php>

Você encontrará detalhamento da última expedição a Canudos.

No fórum dessa disciplina, discuta com os seus colegas o processo de derrocada dos conselheiristas e a atuação do nosso Estado na Primeira República.

Figura 23: Mapa demonstrativo da Guerra do Contestado.

Fonte: http://1.bp.blogspot.com/_FltWVkf1gtl/TD3i-K6bwil/AAAAAAUuY/3JrHhc18Y6Q/s1600/Guerra+do+Contestado.jpg . Acesso em 15/02/2011.

QUADRO 3: Expedições contra Canudos.

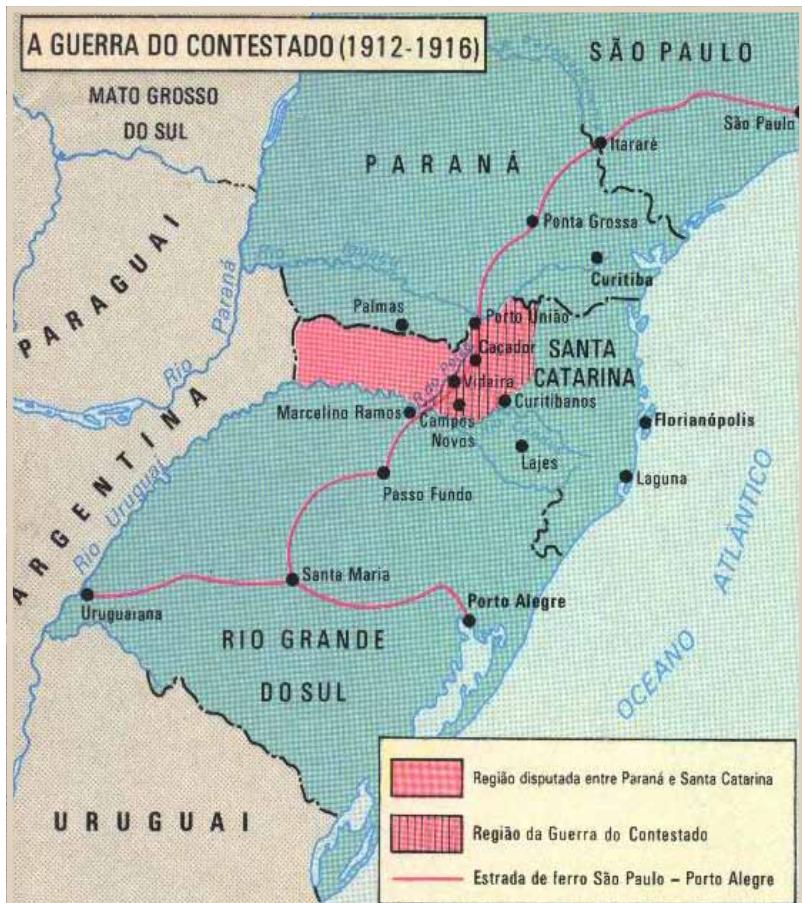
Expedição	Descrição	Soldados
Tenente Pires Ferreira	Todos foram derrotados pelos conselheiristas.	104
Major Febrônio de Brito	Mais de 100 homens foram mortos, sendo derrotados pelos conselheiristas.	550
Coronel Moreira César (tropas federais)	Todos derrotados pelos conselheiristas, abandonando no local canhões e o corpo do Coronel.	1.220
General Arthur Oscar de Andrade Guimarães e o Marechal Bittencourt (Ministro da Guerra) (tropas federais)	Os conselheiristas são derrotados em 10 dias de guerra, sobrevivendo 4 pessoas apenas. Foram mortos cerca de 900 soldados.	5.000

Fonte: Adaptado de KOSHIBA, Luís e PEREIRA, Denise M. F. *História do Brasil*. São Paulo: Editora Atual, 1996.

Os soldados praticavam a degola dos seguidores de Antônio Conselheiro. Da cidade quase nada restou semanas após a última expedição, a cidade e as pessoas esgotaram-se, destruídas, transformadas em escombros e cadáveres. Foram 15 mil conselheiristas mortos. Um testemunho ocular de tal história foi Euclides da Cunha que registrou em "Os Sertões" a história de canudos. Para ele:

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a História, resistiu até o esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na sua precisão integral do terreno, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam, raivosamente, cinco mil soldados. Caiu o arraial a 5. No dia 6, acabaram de o destruir desmanchando-lhe as casas, 5.200, cuidadosamente contadas (CUNHA, 1989, p. 433).

b) A Guerra do Contestado



A guerra do contestado ocorreu em 1912 na região fronteiriça dos Estados de Santa Catarina e do Paraná. Tal área era rica em ervais nativos (erva-mate) e era uma área de exploração madeireira, possuindo a dimensão de 48 mil km². Recebeu esse nome, pois representou, na realidade, uma disputa de terras entre esses dois estados. Vejamos a localização exata de tal conflito no mapa.

A chamada região do contestado (1912 a 1916) foi cedida pelo governo à Companhia norte-americana. A região estendia a dois estados brasileiros, como observamos no mapa. Certamente, o processo histórico dessa guerra não começou necessariamente em 1912 e podemos remontá-la ao século XIX.

Como observamos no mapa, a Estrada de Ferro que liga São Paulo ao Rio Grande do Sul foi construída no final do século XIX e foi desapropriada, pelo governo, uma área de terra que atravessava o Paraná e Santa Catarina. Essa construção atraiu muitas pessoas a esse lugar, as quais buscavam emprego. Após a construção da Estrada pela empresa Brazil Railway Company, cujo dono era o empresário Percival Farquhar, muitos migrantes que haviam se fixado nesse lugar ficaram desempregados, vivendo de modo precário. Soma-se a essa questão que, quando foi feita a estrada,

muitos foram desalojados de suas terras, uma vez que tal lugar era considerado terra devoluta, sendo que a madeira até então explorada por eles passou a ser explorada para os Estados Unidos da América pela empresa de Farquar.

Esse contexto foi fundamental para a eclosão da Guerra do Contestado. Como podemos observar, a população local empobreceu, ficou desempregada, sem terras e os que ainda possuíam alguma terra não conseguiam competir com a empresa Lumber, de Farquar, na venda de madeira. Todavia, outro fator importante pode ser vislumbrado nesse contexto: diversos monges frequentavam a região realizando trabalhos sociais e espirituais e, até mesmo, envolviam-se em questões políticas locais.

Dois monges destacaram-se nesse lugar: João Maria (1844-1870) e José Maria de Santo Agostinho (cujo nome verdadeiro era Miguel

Lucena Boaventura). José Maria chega à região em 1912 e pratica o curandeirismo e realiza milagres. Aproveitando de sua enorme popularidade, o monge se envolverá nas questões político-econômicas da região, posicionando-se ao lado dos mais fracos. Além disso, prenunciava que a República terminaria e que dias melhores estariam por vir.

Toda essa situação não ocorreu sem confrontos entre: fazendeiros, posseiros, tropas do governo e os seguidores do monge. Assim, o monge liderou os camponeses expulsos de suas terras e os ex-trabalhadores da Brasil Railway e os fazendeiros que não conseguiam competir com a empresa Lumber. Certamente, essa liderança era motivada por um discurso messiânico estimulador, capaz de dar forças a essas pessoas, inclusive para declarar a região como um governo independente do Brasil.



Figura 24: Aviões da brasileiros utilizados na Guerra do Contestado..

Fonte: http://4.bp.blogspot.com/_cyl1Eb-w2fg/SxEApR47JvI/AAAAAAAAXw/F2qLPWxjdSA/s1600/Contestado+Ferrovia.jpg
Acesso em 12/02/2011.

Homens do exército brasileiro associados aos homens das forças militares dos governos do Estado do Paraná e de Santa Catarina combateram fortemente essa comunidade a partir de 1912, obtendo sucesso apenas a partir de 1914. Os combates duraram cerca de 5 anos, quando a população foi massacrada, e cerca de 20 mil pessoas morreram nesse conflito. Toda a tecnologia disponível na época foi usada, como os aviões que observamos na figura. Em 1916, o então presidente do Brasil Venceslau Brás decidiu dividir o território de modo mais igual possível entre os dois Estados da Federação.

c) O Cangaço

Na sociedade brasileira, na qual predominava a grande propriedade, o banditismo social ocorreu fortemente no nordeste do Brasil. Desde meados da segunda metade do século XIX, a atual região conhecida hoje como o nordeste brasileiro sofreu com a ação de uma seca que arrasou o interior do país, gerando uma onda de saques em diversos transeuntes, comboios, vilas e armazéns. Esse banditismo foi característico de uma sociedade agrária que oprimia seus camponeses, os quais, quase sempre, eram desejosos de vingar a honra e fazer justiça com as próprias mãos.

DICAS

Observe a área de atuação do Cangaço no nordeste brasileiro:



Figura 25: Mapa do Brasil com atuação do Cangaço.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Map_of_Canga%C3%A7o70.png
Acesso em 15/02/2011.

Chegada do Lampião ao inferno

De José Pacheco

*O vigia foi e disse
A Satanás no salão:*

*— Saibô vossa senhoria
Que aí chegou Lampeão
Dizendo que quer entrar
E eu vim lhe perguntar
Se dou-lhe o ingresso ou não.*

*— Não senhor, Satanás disse
Vá dizer que vá embora
Só me chega gente ruim
Eu ando muito caipora
Eu já estou com vontade
De botar mais da metade
Dos que tenho aqui p'ra fora”.*

Citado por GOMES, Carolina et al. Lampião, Virgulino e o Mito. Agenda Eclética, julho a Dezembro de 2007, p. 18.

Todavia, sabemos que o bando de Lampião e de seus cangaceiros firmaram alianças vantajosas com os mais poderosos coronéis da época:

a relação cangaceiro-coronel mostrava-se vantajosa para as duas partes: ganhavam os bandoleiros, que obtinham quartéis e asilos na caatinga e ganhavam os proprietários, que se fortaleciam e engrossavam o prestígio com esse negócio temeroso. Virgulino Ferreira da Silva é o representante emblemático deste ciclo. Lampião, tendo se tornado chefe de cangaço por volta de 1920, reinou absoluto até 1938 quando, junto com Maria Gomes de Oliveira, a Maria Bonita, sua companheira, morreu em Angico, sertão de Sergipe. Em 1940, a morte do Cristino Gomes da Silva Cleto, o cangaceiro Corisco, tido como vingador de Lampião, pôs um fim ao ciclo geral do cangaço (CLEMENTE, 2007, p.2).

Esse tipo de rebelião ancora-se em situações anteriores quando, por exemplo, em 1901, os coronéis usaram alguns bandos sertanistas para impor uma dada ordem social. Antes de lampião outros cangaceiros se destacaram, a saber: Inocência Vermelho, João Calangro, Jenuíno Brilhante e Antônio Silviano. Todos esses cangaceiros conheciam bem a caatinga e o território do norte brasileiro como a palma de suas mãos. Andavam sempre preparados para qualquer situação de embate com a polícia. Na figura demonstramos a preocupação em extirpar esses cangaceiros por parte do poder Republicano baiano. Vejamos.



Figura 26: Cartaz a procura de Lampião.

Fonte: <http://www.substancial.com.br/wp-content/uploads/2010/11/Cartazlampiao.jpg> Acesso em 12/02/2011.

Sabemos que de 1870 (Jenuíno Brilhante) a 1940 (Corisco – Cristino Gomes da Silva Cleto) o cangaceiro mais famoso foi aquele que atuou no período de 1920 a 1938, o já citado Virgulino (o Lampião), visto pela população com valores de valentia e honra e, pelas autoridades, como bandido brutal a ser eliminado da sociedade. Foi no período de Getúlio Vargas que os bandos de cangaceiros foram desarticulados, presos e mortos pelo poder instituído. Mas realizar tal tarefa não era fácil, como observamos a necessidade de divulgar cartaz à procura de Lampião.

Marcos Edilson de Araújo Clemente, ao estudar as fotografias e imagens do Cangaço, destacou a figura abaixo com o intuito de analisar a quebra do poder adquirido por Lampião. Vejamos a figura.



◀ Figura 27: Cabeças cortadas, armas e objetos de Lampião, Maria Bonita e mais nove Cangaceiros mortos no combate de Angico, Piranhas/AL. Autor anônimo, 28 de julho de 1938. Acervo Sociedade do Cangaço, Aracaju.

Fonte: CLEMENTE, Marcos Edilson de Araújo. Cangaço e Cangaceiros: Histórias e Imagens fotográficas do tempo de Lampião. Revista de História e Estudos Sociais. Out a Dez/2007, ano 4, v.4, n.4.

O autor analisou a imagem “das cabeças cortadas” de modo a inverter o poder do Cangaço. Fecharemos esse item lendo a sua análise:

Cabeças em simetria, algumas apoiadas por calços de pedra, cabelos desgrenhados, feições rígidas, olhos fechados. A ordem de apresentação do escalão é inversa e quebra a hierarquia que tiveram em vida. No plano mais baixo, isolada, a cabeça de Lampião; acima a de Maria Bonita tendo à direita a de Luís Pedro e à esquerda Quinta-Feira; degrau acima, as cabeças dos cangaceiros Mergulhão Elétrico e Caixa de Fósforo; no plano mais alto, as cabeças de Enedina (E), Cajarana, um cangaceiro não identificado, dito “desconhecido” e o cangaceiro Diferente. A cena parece forjada para conjurar o espetro dos cangaceiros e de tudo o mais que representam. As arrumações reforçam uma imagem de Lampião solitário, que não mais detém o comando do grupo. Ademais, rompe com a imagem à época já lendária do casal Lampião e Maria Bonita, pois esta não aparece ao seu lado. Para tanto, a contemplação fúnebre não é suficiente. Aloca-se nos espaços da escadaria os pertences dos mortos. Pelo modo como são expostos, não identificam seus donos, seus usuários. Identificam, contudo, o espólio material do cangaço. No plano superior, à esquerda e à direita, duas máquinas de costura **marcas** singer. Ao centro, artefatos de couro. Ladeando as cabeças, pistolas, mosquetões e punhais longos e medianos; chapéus de couro com abas viradas, pontuados com estrelas em diferentes padrões. Um dos chapéus repousa sobre uma caixa com a marca registrada da empresa petrolífera inglesa *Standar Oil Company of Brazil*, inscrição somente identificada quando colocada a imagem de baixo para cima. Embornais, cartucheiras, peças da indumentária adornada com moedas de ouro e traços geométricos. A autoria da imagem não é identificada. Os mortos são nomeados em ordem numérica, vendo-se logo após a data: 28 de julho de 1938. Officialmente, a data da morte de Lampião. Contudo, o espetáculo estava apenas começando. Da cidade de Piranhas, as cabeças seriam transportadas em cortejo pelas cidades do sertão em direção a Maceió e finalmente para Salvador onde ficaram expostas até 1969.

3.2 As revoltas urbanas



Figura 28: Cortiço ▶
no Rio de Janeiro.
Extraído de Cidade
do Rio de Janeiro:
remodelação, extensão
e embellezamento,
1926-1930. Prefeitura do
Distrito Federal. Paris:
Foyer Brésilien, 1930,
p.189-90. Apud Abreu,
M. *Evolução urbana do
Rio de Janeiro*, 1997,
p.90.

Fonte: http://thehistory.hdfree.com.br/corti%C3%A7o_RJ.jpg
Acesso em 15/02/2011.

Na figura observamos a representação de um cortiço no Rio de Janeiro. Certamente essa não era a imagem que se queria ter e ver da cidade maravilhosa. Como sabemos, as cidades tiveram grande crescimento a partir do final do século XIX, sendo que para tal urbanização a abolição da escravidão e a chegada de muitos imigrantes contribuíram para a mudança do cenário urbano no país.

Esse desenvolvimento veio acompanhado de diversas mazelas sociais observadas nas péssimas condições de trabalho da classe trabalhadora. Imperava a marginalização e o preconceito racial, dado que, em sua maioria, eram populações de negros e mulatos. A marginalização das populações pobres nas cidades brasileiras era gritante, notadamente no Rio de Janeiro. A pobreza, as péssimas condições de saúde e alimentação da população e a moradia desse povo era bastante acentuada, situação que favoreceu a eclosão de movimentos sociais contestatórios à ordem estabelecida na primeira República. Um desses foi a Revolta da Vacina. Vejamos mais sobre tal conflito.

a) A Revolta da Vacina

Iniciaremos nosso estudo sobre a Revolta da Vacina a partir de um texto introdutório de Celso Miranda. Ele dá início a sua narrativa dizendo que havia alguma coisa diferente no ar naquela manhã abafada e úmida de novembro de 1904:

... nos últimos dias, boatos haviam tomado os bares, as conversas em família depois que estudantes e operários saíram em passeata pelo centro do Rio de Janeiro, gritando palavras de ordem e protestando contra o governo do presidente Rodrigues Alves (MIRANDA, 2004, p.46).

Continua dizendo que havia a impossibilidade de prever o que aconteceria dada a imprevisibilidade dos acontecimentos naquele ano. Assim,

... de repente, sem que parecesse haver qualquer organização, os grupos de pessoas começaram a chegar ao centro. Tomaram as ruas do Ouvidor, da Quintana, da Assembléia e, quando chegaram à praça Tiradentes, já eram milhares. 'Abaixo a Vacina', gritavam. O comércio baixou as portas e polícia chegou. A multidão respondeu em coro: 'Morra a polícia'. Houve tiros. Correria. O centro virou campo de batalha. No meio de cacetadas, tiros e pernadas, talvez ninguém – do lado dos manifestantes ou dos homens da lei – se lembresse de como aquilo havia começado (MIRANDA, 2004, p. 47).

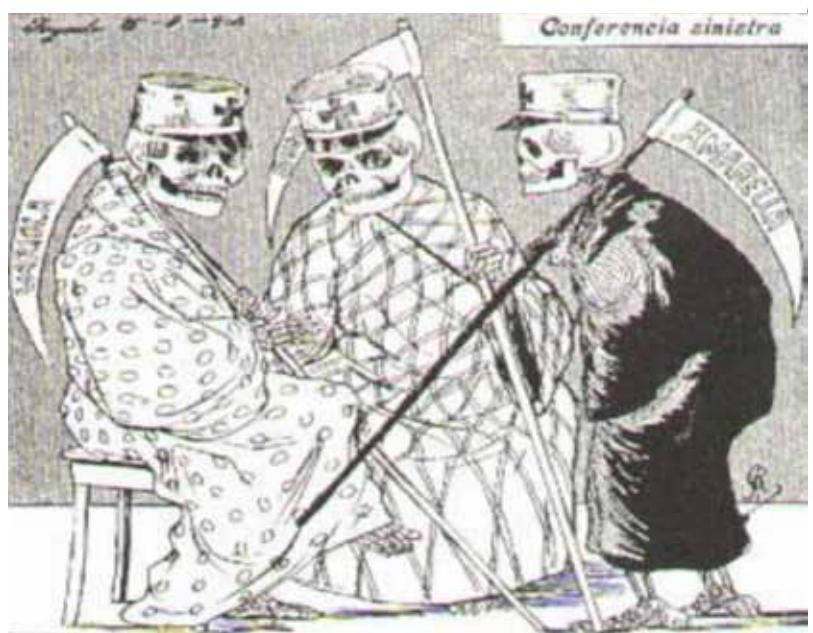
O que ocorria no Rio de Janeiro, capital do Brasil, naquele momento? Como contextualizar o ocorrido? Você já viu acontecer uma revolta onde as pessoas não combinam as coisas, tais como o modo do protesto, faixas, etc., e saem às ruas quebrando o que encontram pela frente? Vamos entender melhor o que foi a revolta da Vacina, em 1904, na cidade do Rio de Janeiro.

Essa revolta está relacionada com a ideia de transformação da cidade do Rio de Janeiro em um grande cartão de visita do país, livre de focos de doenças. Nesse período, o então prefeito do Rio era Pereira Passos e este ordenou a derrubada das áreas de cortiço da cidade visando ao remodelamento da mesma, mas deixando muitas pessoas sem ter onde morar. Segundo orientações do médico sanitário Oswaldo Cruz buscava-se sanear e higienizar a cidade, objetivando acabar com focos de varíola e febre amarela. A vacinação obrigatória da população por brigadas sanitárias (quase sempre usando violência para realizar a tarefa) foi um dos fatores que motivou a rebelião da população e, ainda, as elites no poder não possuíam a mínima preocupação em esclarecer a sociedade em relação aos procedimentos adotados. A rebelião ocorreu nos bairros, onde a população ergueu barricadas e com paus e pedras enfrentou a polícia. Após intensa repressão e a prisão de várias pessoas, a vacinação foi completada, eliminando-se a varíola da cidade.

A representação em charge dessa situação tomou conta dos semanários da época. Vejamos.

Figura 29: Imagens criticando o contexto da Revolta da Vacina publicados na Revista da Semana, de 1904.

Fonte:
http://200.198.28.154/sistema_crw/banco_objetos_crw/%7BCBB82D45-D3D1-4184-820F-307DBC81DE4A%7D_imagem9.jpg Acesso em 15/02/2011.



Segundo a Antropóloga Lilia Moritz Schwarcz, em o Espetáculo das Raças, observamos que, nas cidades grandes, o ideal científico era percebido a partir da adoção de programas de higienização e saneamento, pois

... trata-se de trazer uma nova racionalidade científica para os abarrotados centros urbanos, implementar projetos de cunho eugenético que pretendiam eliminar a doença, separar a loucura e a pobreza. Reação desmesurada, mas reveladora da violência com que se aplicavam esses projetos de higienização foi a 'Revolta da Vacina' (1904). Apesar do acerto da medicina e da vacinação obrigatória, a força da mobilização popular indicava o descompasso entre os programas científicos e a compreensão por parte do povo.

Com efeito, o que se percebe a partir desses e de outros exemplos é, mais do que o cuidado com uma produção especializada e local, o amplo emprego de certa teorias deterministas da época, bem como a valorização e conclusão e práticas científicas, e o desejo de aplicá-las ao contexto nacional. É preciso entender, porém, não só a penetração desses ideários científicos, como a lógica peculiar de sua inserção no país, as releituras próprias a esse contexto. Entender, por exemplo, porque se elegiam as teorias raciais de análise em detrimento de outros modelos de sucesso da época. A resposta não é tão imediata. Ou seja, se é certo que o conhecimento e a aceitação desses modelos evolucionistas e darwinistas sociais por parte das elites intelectuais e políticas brasileiras traziam a sensação de proximidade com o mundo europeu e de confiança na inevitabilidade do progresso e da civilização, isso implicava, no entanto, certo mal-estar quando se tratava de aplicar tais teorias em suas considerações sobre as raças. Paradoxalmente, a introdução desse novo ideário científico expunha, também, as fragilidades e especificidades de um país já tão miscigenado (SCHWARCZ, 1993, p. 34-35).

Outra revolta muito importante ocorrida no Brasil foi a da Chibata, em novembro de 1910. Passemos a página da história.

b) A Revolta da Chibata ou Revolta dos Marinheiros

GLOSSÁRIO

Chibata: A chibata constituiu-se de uma corda de linho, de tamanho médio, atraçassada de pequenas agulhas de aço; ao ser punido, o marinheiro ficava algemado à balaustrada do navio, nu da cintura para cima. O bolo era o castigo físico aplicado nas mãos dos marinheiros, como a palmatória.

O movimento conhecido como Revolta da Chibata ocorreu no Rio de Janeiro, em 1910 e envolveu os marinheiros do navio denominado Minas Gerais. O motivo de tal rebelião deve-se ao fato que a Marinha brasileira tinha o costume de chicotear os marinheiros considerados faltosos. Apesar de existir um decreto do Governo Provisório da República proibindo o castigo corporal, esses continuavam existindo.

A Marinha brasileira era aristocrática, uma vez que toda a sua oficialidade era constituída por brancos, enquanto cerca de 80% dos marinheiros eram pessoas negras e mulatas. A revolta foi bem organizada e os marinheiros tomaram os principais navios da Marinha e ameaçaram bombardear a cidade, caso não fossem atendidos os pedidos de abolir a chibata.

Em 22 de novembro de 1910, João Cândido Felisberto liderou 2.400 marinheiros contra o castigo físico, já mencionado, e contra a

péssima alimentação fornecida na Marinha. Em documento, os rebeldes fizeram menção a uma espécie de escravidão na Marinha brasileira e à falta de proteção que o Brasil dava aos seus marinheiros.

O estopim da revolta foi a punição de Marcelino Rodrigues Menezes, marinheiro do navio Minas Gerais, com 250 chibatadas. Apesar de o marinheiro desmaiá, as chibatadas continuaram a ser aplicadas até completar as duzentas e cinquenta. Os rebelados reivindicaram a Hermes da Fonseca, presidente do Brasil, a anistia. Esta foi concedida, a revolta teria acabado e aguardavam o retorno dos oficiais aos navios para continuarem o trabalho. Todavia, o Congresso Nacional Brasileiro excluiu todos os praças do Corpo de Marinheiros Nacionais no dia 28 de novembro, baseando-se na inconveniência da presença destes, dada a "indisciplina" ocorrida.



Assim que os marinheiros entregaram os navios, o governo descumpriu o trato de anistia e boa parte desses marinheiros foram presos na Ilha das Cobras, Baía da Guanabara.

Em dezembro de 1910, a Marinha alegou que havia um novo levante, justificando assim o bombardeio da Ilha e dos rebeldes. João Cândido, o principal líder do movimento, conhecido como o Almirante Negro, foi detido junto com mais 17 prisioneiros na Ilha das Cobras, enquanto outros prisioneiros foram enviados para a Amazônia (cerca de 300) e muitos foram fuzilados na viagem. Na Amazônia, trabalharam na extração do látex ou na instalação de linhas telegráficas. O Almirante Negro foi julgado, inocentado e internado por dezoito meses num hospício. Faleceu em 1969, vivendo de biscoites e tendo a idade de 90 anos.

Desse modo terminava mais uma revolta na sociedade brasileira que apontava, entre outras coisas, para as mazelas sociais e as marcas dos conflitos de cunho étnico vividos por nossa população. Entretanto, pouco tempo depois, em 1922, foi a vez dos tenentes se rebelarem no Rio de Janeiro, capital do Brasil. Veremos esse conflito mais adiante. Vamos encerrar esse item lendo o texto de Maestre Filho sobre essa revolta:

Seria incorreto caracterizar a revolta de 1910 como uma revolução, ou mesmo um 'ensaio' de revolução social. Os marinheiros não perseguiam uma mudança de regime. Não lutaram, nem mesmo, para uma mudança de governo. Exigiam seus direitos democráticos. O patético foi a inexistência de forças sociais que apoiassem suas lutas. O proletariado era uma força do futuro – recém iniciava a constituir-se. O fundamental dos trabalhadores brasileiros encontrava-se no campo, disperso em milhares de explorações agrícolas, atomizados por díspares formas de produção e outras circunstâncias. Os setores democráticos das classes dominantes já tímidos e inconsequentes. A derrota dos marinheiros deveu-se a este fato: lutaram sós (MAESTRE FILHO, 1982, p. 78).

▲
Figura 30: Jornal do Brasil e as notícias da Revolta dos Marinheiros.

Fonte: http://api.ning.com/files/LiTPavgfmYkzlxm a8unk6nsj*sc-FnH5HcRda Ofq5HfNbD485RWa9rw WGyDzSF3IXbrfw69oGb 2ZvgL9y5wXA1yip1Jlss/2007112326111910RDM.gif
Acesso em 15/02/2011.

3.3 Os movimentos operários no Brasil

Figura 31: Protestos de trabalhadores em São Paulo de 1917. Greve Geral.

Fonte: <http://www.brasiscola.com/historiab/movimento-operario-brasileiro.htm> Acesso em 17/02/2011.



A figura em destaque nesse item é a greve geral ocorrida em São Paulo no ano de 1917. As greves que os operários fizeram nas duas primeiras décadas do século XX foram de grande impacto no Brasil, e ocorreram em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e nos estados do Sul e do Nordeste.

A classe trabalhadora urbana está presente no Brasil desde o final do século XIX, desenvolvendo uma conscientização classista. Os trabalhadores que se manifestaram de diferentes maneiras eram ex-escravos e imigrantes.

Observa-se que a luta para a criação de sindicatos e consequentemente a melhoria nas condições de trabalho era uma constante em todos os lugares no Brasil em que se estabeleceram as fábricas. Via de regra, as greves foram o instrumento mais comum utilizado para fazer frente ao modelo de gestão implementado no Brasil. Considerando que as leis trabalhistas ainda não existiam, os nossos trabalhadores lutavam para ter direito a férias remuneradas, à folga semanal, ao salário mínimo e a ter direitos previdenciários.

Os trabalhadores criaram sindicatos, mas esses não eram reconhecidos pelo governo. Inicialmente, criaram associações mutualistas que evoluíram para o sindicato.

Além de formar uma caixinha, elas fundaram escolas para as crianças e abriram cursos noturnos para adultos. O analfabetismo era grande e muitos trabalhadores estrangeiros não falavam o português. Também os jornais operários tiveram grande importância na educação e organização da classe. No período entre 1870 e 1920 foram fundados 343 jornais em todo o país. Desse total, 55 eram em italiano, quatro em espanhol e um em alemão. Os jornais acompanharam o crescimento das ligas de resistência e dos sindicatos. As Sociedades de Socorro e Auxílio Mútuo foram o ponto de partida para os sindicatos. Entre 1897 e 1915, nasceram mais de 200 ligas em todo o país. Elas eram ilegais e perseguidas pela polícia. [...] Em 1903, o governo baixou uma lei reconhecendo os sindicatos dos trabalhadores do campo e, em 1907, outra lei reconheceu os sindicatos dos trabalhadores das cidades. Os próprios trabalhadores mantinham os sindicatos e o governo não metia o bico (CARNEIRO, 1997, p. 92-3).

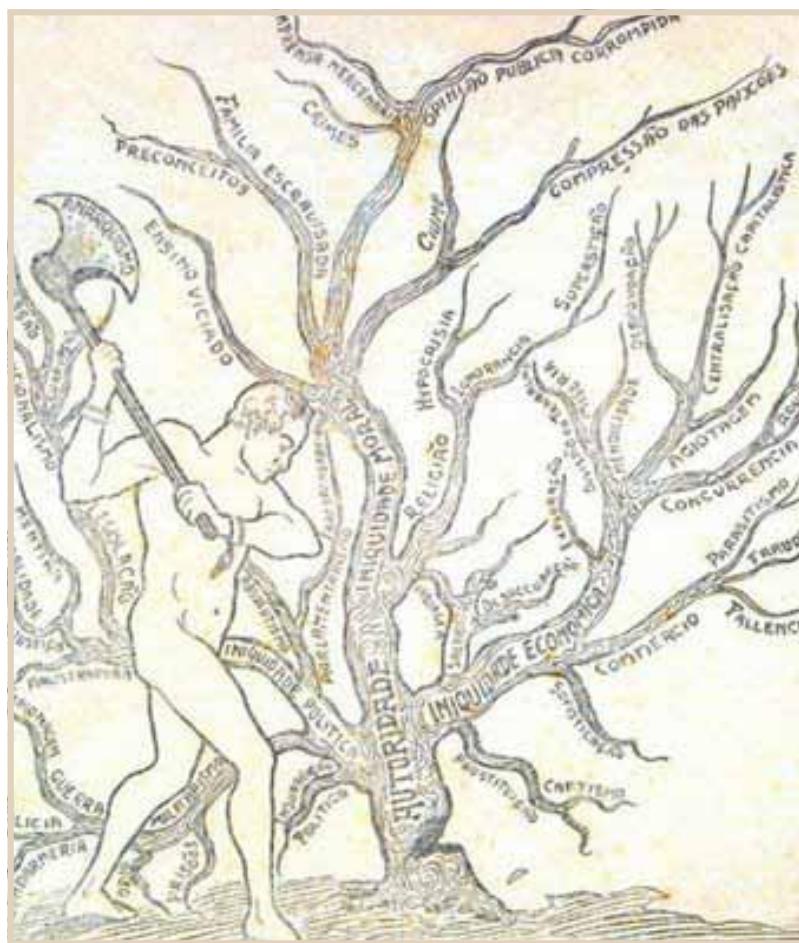
Podemos afirmar que ser sindicalista no Brasil não era tarefa fácil. A aplicação da greve era a arma mais eficiente que os trabalhadores encontraram para tentar mudar a sua realidade. Para se ter uma ideia, de 1901 a 1914, como nos informa Carneiro, foram realizadas 119 greves de trabalhadores no Brasil. Mas o governo logo reagiu e aprovou a lei Adolfo Gordo, em 1907, que “previa a expulsão dos trabalhadores estrangeiros e a deportação dos brasileiros mais combativos” (p. 93). Certamente o motivo é que as ideias subversivas – como eram chamadas – vinham da Europa, logo, os trabalhadores acusados de subversão não deveriam ficar no Brasil.

Ideologicamente, o “sindicato” seguia o Anarquismo e o Anarcossindicalismo. O que

significam essas ideologias?

O anarquismo constituiu-se como um movimento baseado em ideias extremadas de igualdade e, por ser contrário a quaisquer tipos de governo, considerando que este é sempre "quem" opriime a classe trabalhadora. Já o anarcossindicalismo difere-se por acreditar que é necessária a educação e a organização dos trabalhadores para que se atinja o poder, assim como o objetivo de expropriar a burguesia. O meio usado para tal é sempre a greve geral.

Para tornar mais simples e clara a mensagem dos ideais anarquistas era comum divulgar panfletos esclarecendo a população quanto aos pressupostos dessa ideologia e contra "o que" ela lutava. A figura demonstra esse tipo de panfletagem durante a Primeira República. Vejamos.



◀ Figura 32: Panfleto comunista da 1º República.

Fonte: http://1.bp.blogspot.com/_FQbS-BiS264g/TAM5DF6D-c9i/AAAAAAAAGf/gJ3wDbsyiOIE/s1600/Rep+Velha+-+panfleto.jpg
acesso em 15/03/2011.

Iniciamos esse item com uma figura sobre a greve geral de 1917, ocorrida em São Paulo. E é dela que falaremos com maior afinco nesse instante.

No bairro Mooca, em São Paulo, ocorreu uma grande greve em 12 de junho de 1917, no confeiteiro Crespi, onde os operários rotineiramente protestavam contra os salários e quase sempre paravam o serviço. Diante dessa greve a fábrica fechou por tempo indeterminado, uma vez que alegava não ter como atender à reivindicação salarial dos trabalhadores na ordem de 20%. A greve foi tomando proporções maiores e estendeu-se para aproximadamente mais 12 cidades paulistas. Em 9 de julho um operário foi morto e seu enterro foi acompanhado por 10 mil operários. Barricadas foram feitas e os confrontos com os policiais eram intensos. Já no dia 15, um acordo foi feito: nenhum empregado seria despedido por causa da greve e os empregados que foram presos por órgãos policiais em função desse movimento foram soltos para que pudessem voltar ao trabalho.

Figura 33: Greve de 1917 ►
em São Paulo. Imagem destaca a ação da polícia com os grevistas.

Fonte: <http://novahistorianet.blogspot.com/2009/01/república-velha.html> Acesso em 15/02/2011.



DICAS

Ao contrário dos países industrializados onde a concentração operária já era significativa, o proletariado brasileiro estava distribuído em grande quantidade de pequenas fábricas. Em 1906 foi criada a COB, Confederação Operária Brasileira, que em 1912 já possuía 50 mil associados. Em 1907, houve uma greve em São Paulo, mas a classe ainda estava muito desorganizada. O movimento operário no Brasil foi influenciado pelo anarquismo. No Brasil foram editados periódicos como La Battaglia, O Livre Pensador, A Plebe, A Guerra Social, Spartacus, a Lanterna, entre outros.

Adaptado de
MOCELLIN, R. História. São Paulo: Ibep, 2004, p. 411.

O programa de reivindicação era maior que os 20% já ditos. Tratava-se de questões trabalhistas e sociais mais profundas, tais como: proibição de trabalho para menores de 14 anos, proibição de trabalho noturno para mulheres e para os jovens com idade inferior a 18 anos, jornada de trabalho de 8 horas e congelamento de preços de primeira necessidade.

Vale destacar que jornadas de trabalho de 10, 14 e até 17 horas eram comuns. Enquanto o salário continuava baixo (congelado), o custo de vida aumentava exorbitantemente. Foi contra essa situação que os paulistas lutaram. Entretanto, esse contexto era semelhante em outras partes do país, as quais também fizeram greves em 1917 e 1918 em busca de solução, tais como: Bahia, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Rio de Janeiro, entre outros.

Para concluirmos esse item, vale destacar que o texto de Everardo Dias (1977), publicado por Milton Lopes em http://marquesdacosta.wordpress.com/milton_lopes_anarquismo_e_1_de_maio/ é leitura importantíssima para você. Veja aqui um fragmento do texto e em seguida baixe-o da internet. Vejamos:

O exíguo grupo capitalista, aglutinado em oligarquia patronal, que se havia abalancado à criação de fábricas geralmente de tecelagem e metalurgia, estabeleceria seus cálculos sobre uma base salarial baixíssima, salário de escravo, exploração bruta do braço humilde que se encontrava com abundância no país, gente de pé descalço e alimentação parca (um punhado de farinha de mandioca, feijão, arroz, carne seca) artigos alimentares baratos e abundantes no mercado; café adoçado com mascavo, e um pouco de farinha, pois pão era artigo de luxo, bem como o leite, a carne, os condimentos, os legumes (esses últimos desconhecidos na casa do trabalhador). E quanto à moradia, estava confinada em barracões de fundo de quintal, em porões insalubres, em casebres geminados (cortiços), próximos às fábricas e pelos quais pagava de aluguel mensal 15, 20, 30 mil réis. Esse proletariado fabril, em grande parte feminino e constituído de mocinhas, era o preferido para a indústria têxtil, trabalhando das 6 da manhã às 7 e 8 horas da noite. [...] Na indústria metalúrgica ou mecânica o número de menores também era predominante, sendo que aqui o sexo aceito era o masculino. [...] Todos, ou quase todos, analfabetos, supersticiosos, tímidos, humilhados por palavrões e insultos depreciativos. Ignorância total. Ser dispensado do serviço significava mais fome, mais miséria em casa. Encarava-se o desemprego com arrepios de terror. Já os patrões julgavam 'estar prestando um grande favor, praticando um ato de benemerência em dar trabalho para proteger essa pobre gente esfomeada... Os gerentes e diretores assumiam, por isso, ares altaneiros e superiores de grão-senhores, aos quais só se podia falar de chapéu sobre o peito, fazendo vénia de beija-mão, numa humildade de escravo (DIAS, 1977, p. 45-6).

3.4 A década de 1920 e o desgaste da República Velha

A década de 1920 merece uma atenção especial de nossa parte. Lembra-se de que o Brasil tornou-se independente em 1822? Logo, em 1922 comemoramos cem anos de nossa independência. Essas comemorações, em geral, nos remetem a reavaliar o nosso processo histórico, econômico e sociocultural. Foi exatamente isso que ocorreu na década de 20. Como aponta Faria (2009) não se esqueçam de que outros fatores nos ajudaram a repensar o nosso processo histórico, tais como: a influência da Revolução Russa de 1917, o término da primeira guerra e a crise de 1929. A década de 20, desse modo, é uma década especial para ser estudada, e aqui destacamos um item para ela, exatamente porque daí desembocará uma série de mudanças em nosso país. Vamos entender isso?

Há que se considerar que a classe média urbana brasileira sofria um aumento desde o final do século XIX, mas intensificou-se na década de 1920 e era composta por: profissionais liberais, comerciantes, pequenos industriais, oficiais militares, funcionários públicos, entre outros. Esse segmento social possuía anseios políticos que dificilmente galgariam, dada a atuação das oligarquias e, necessariamente, da atuação política por meio de "currais eleitorais", bem como pela existência de eleições. Na realidade, as pessoas se sentiam impotentes diante desse sistema e desejavam mudanças.

Diversas respostas serão dadas a essa si-

tuação e vamos agora destacá-las, iniciando pela insatisfação entre os tenentes.

É nítida a insatisfação dos jovens oficiais do exército (tenentes) diante da sua não participação direta nos rumos do país. Especialmente, irão se rebelar opondo-se à candidatura de Arthur Bernardes, que reforçaria o poder das oligarquias. O movimento dos tenentes ou o tenentismo significou uma série de protestos ocorridos entre 1922 a 1926 e que abalou o país. Dito em outras palavras: o tenentismo foi uma expressão de grande desagrado do segmento de classe média brasileira, no que se refere à atuação corrupta de nossas instituições na República Oligárquica.

Em julho de 1922, no Rio de Janeiro, o filho de Hermes da Fonseca (ex-presidente do Brasil), capitão Euclides Hermes da Fonseca, liderou um grupo de jovens militares que tomaram o Forte de Copacabana. O Congresso aprovou o estado de sítio que dava poder aos militares de fazer busca e apreensão em domicílios, suspensão da liberdade de reunião e associação, censura à imprensa, entre outros. Como as tropas do governo já estavam mobilizadas para tomar o forte, houve outro confronto direto na praia de Copacabana e 17 (existem fontes que afirmam até 28) oficiais e um civil enfrentaram tropas leais ao governo e apenas dois sobreviveram (os tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes).



◀ Figura 34: Os 18 do forte : episódio que eterniza o idealismo do movimento tenentista.

Fonte: <http://www.portal-saofrancisco.com.br/alfa/coluna-prestes/coluna-prestes-3.php> Acesso em 31/03/2011.



Figura 35: Marcha da Coluna Prestes.

Fonte: <http://www.historianet.com.br/imagens/coluna-prestes3.jpg> Acesso em 30/03/2011.

O segundo confronto ocorreu em São Paulo a 5 de julho de 1924, sob o comando de Isidoro Dias Lopes, general reformado. O objetivo era depor Arthur Bernardes. Até o dia 24 o movimento durou na capital e em seguida milhares de militares saíram do Rio de Janeiro e dirigiram-se ao Rio Grande do Sul, encontrando-se com outros revoltosos desse lugar sob o comando do tenente João Alberto e do capitão Luis Carlos Prestes.

Essa revolta fardada teve maior impacto no Brasil, uma vez que foi do Rio Grande do Sul que partiu a Coluna Prestes. Essa coluna percorreu cerca de 20 mil km em diferentes Estados brasileiros buscando sensibilizar e conscientizar a população contra a atuação das políticas oligárquicas no país. Ao final do governo de Bernardes, em 1926, a coluna ingressou pela Bolívia e, em 1927, lá se desfez. Prestes retornou ao país e trabalhou em prol do partido comunista brasileiro. Na figura, observa-se a marcha da coluna pelo Brasil.

Podemos compreender que, além da resposta dada pelos tenantistas a uma dada conjuntura por eles vivida, há que se pensar em fatos sociais importantes da década de 20, que merecem nossa atenção: a Semana de Arte Moderna de 1922, a fundação do partido comunista, os impactos da crise de 1929 e a revolução de 1930.

a) Semana de Arte Moderna de 1922



Figura 36: São Paulo, ▶
anos 20: Vale do
Anhangabaú com o
Teatro Municipal ao
centro.

[http://www.febf.uerj.br/
pesquisa/semana_22.html](http://www.febf.uerj.br/pesquisa/semana_22.html) Acesso em
20/04/2011.

Iniciemos nossa conversa sobre a Semana de Arte Moderna de 1922, ocorrida em São Paulo, a partir de um texto publicado no editorial do Jornal Folha de São Paulo em maio de 1978, o qual veiculou a ideia por nós compartilhada: a semana estimulou um novo olhar para o Brasil e representou um marco histórico importante em nossa História. Vamos ler fragmentos desse texto:

Em geral, os artistas e intelectuais de 1922 queriam arejar o quadro mental da nossa 'intelligentsia', queriam pôr fim ao ranço beletrista, à postura verborrágica e à mania de falar difícil e não dizer nada. Enfim, queriam eliminar o mofo passadista da vida intelectual brasileira. Do ponto de vista artístico, o objetivo fundamental da Semana foi acertar os ponteiros da nossa literatura com a modernidade contemporânea. Para isso, era necessário entrar em contacto com as técnicas literárias e visões de mundo do futurismo, do dadaísmo, do expressionismo e do surrealismo, que formavam, na mesma época, a vanguarda europeia. Desse ângulo, o modernismo é expressão da modernização operada no Brasil a partir da década de 20, que começava a dar sinais de mudança (vide, no plano político, o movimento rebelde dos tenentes) de uma economia agroexportadora para uma economia industrial. Esse juízo é, do ponto de vista mais geral, certeiro; no entanto, ele não deve esconder as diferenças no seio do movimento de 22. Diferenças de ordem política, ideológica e estética. Na verdade, houve duas correntes modernistas: uma de inspiração conservadora e totalitária, que iria, em 1932, engrossar as fileiras do integralismo, e outra, mais crítica e dissonante, interessada em demolir os mitos ufanistas e contribuir para o conhecimento de um Brasil real que não aparecia nas manifestações oficiais da nossa cultura. O pressuposto essencial de 22, o autoconhecimento do País, tinha a um só tempo de acabar com o mitemismo mental e denunciar o atraso, a miséria e o subdesenvolvimento.

(FOLHA, disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/semana22.htm>)

Pela leitura do fragmento de texto recortado do editorial do jornal podemos relacionar os seus dizeres com o que estudamos até o momento. Esse ponto é importante no texto e por isso merece destaque, pois apresenta um país distante de suas verdadeiras raízes, um país "atrasado" que arroga para si as benesses de um mundo elitizado. Essa crítica está embutida na produção modernista do início do século XX. Em especial a produção do modernista Oswald de Andrade iria romper com o excesso de erudição na linguagem e lançar críticas mais severas ao capitalismo no modo como ele se apresenta aos países 'subdesenvolvidos': o seu caráter de dependência. No mesmo texto observamos que ele

Denunciou o bacharelismo das camadas cultas, que permanecem alheias da realidade do País, reproduzindo os simulacros dos países capitalistas hegemônicos. Ironizou a consciência enlatada de largos setores do pensamento brasileiro, que se comprazem, quando muito, em assimilar idéias, jamais criá-las. Se Oswald de Andrade teve a lucidez de ridicularizar com o mitemismo que tanto seduz o intelectual solene e bacarel, ele não caiu no equívoco de fechar as portas do País do ponto de vista cultural. Ao contrário, sua formulação em torno da 'deglutição antropofágica' exige o remanejamento das idéias mais avançadas do Ocidente em conformidade com a especificidade de nosso contorno social e político.

(FOLHA, disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/semana22.htm>)

O projeto "A idéia de cultura brasileira" da Universidade Estadual do Rio de Janeiro preparou um material muito bom para um debate entre todos nós, uma vez que disponibiliza imagens e contextualiza muito bem a semana de 1922. Para mais detalhes, veja o link em destaque na atividade ao lado.

b) A fundação do partido comunista

Ainda que de modo resumido, não podemos deixar de ressaltar a importância da fundação do Partido Comunista Brasileiro em 1922, sob ideologia do pensamento marxista. O Jornal O Movimento Operário divulgava as ideias do partido sempre interligadas ao contexto da Rússia revolucionária.

Falamos anteriormente sobre o estado de sítio que o presidente Arthur Bernardes decretou. Nesse momento, o Partido Comunista foi posto na ilegalidade, mudando essa situação somente em 1927. Foi criado o Bloco Operário e Camponês (BOC), visando unir os trabalhadores rurais e urbanos, especialmente quanto a uma maior conscientização do processo eleitoral brasileiro. A propaganda eleitoral dos candidatos do BOC em 1928 lembrava aos eleitores para concentrarem seus votos nos candidatos do partido, além de aproveitarem o momento para lembrar ao povo de se organizar em sindicatos. O partido chegou em 1930 com 800 filiados.

Ao final da década de 1920, a crise econômica de 1929 e a sucessão presidencial geraram uma situação de insatisfação ainda maior no quadro histórico até o momento descrito.

ATIVIDADES

Acesso o site:
http://www.febf.uerj.br/pesquisa/semana_22.html
 Nesse espaço virtual você encontrará imagens e textos sobre a Semana de Arte Moderna de 1922.

Encontrará informações sobre o evento, sobre os antecedentes da semana, discussões sobre o que é ser moderno, diversas linhas de tempo e imagens representativas desse momento histórico. Cada um de vocês deverá selecionar uma figura ou duas figuras e tecer comentários sobre a mesma. Sob coordenação do professor, vamos descobrir a nossa história pelo viés cultural por meio das imagens comentadas e estudadas previamente por você.

No espaço virtual da disciplina criado pelo seu professor você encontrará o lugar para o debate.

DICAS

Para resolver a crise brasileira e instaurar uma nova dinâmica econômica e social, as forças que assumiram o poder em 1930 tinham como propósito acabar com o monopólio de poder das velhas elites dominantes. Pretendiam, de imediato, realizar a modernização do Estado e, por meio dela, modernizar a vida econômica e social brasileira.

(P OMAR, 1999, p.10)

c) A Crise de 1929

No caso da crise de 1929, vale destacar que tal crise iniciada nos Estados Unidos logo se expandiu para todo o mundo. Foi uma crise, como sabemos, de superprodução, gerando uma grande depressão econômica. Fato semelhante ocorreu no Brasil: tínhamos café, mas não quem o comprasse.

A produção cafeeira no Brasil estava em alta, pois o excedente era comprado pelo governo, como vimos no Convênio de Taubaté. Logo, os cafeicultores sabiam que deveriam ampliar a produção para obterem mais lucros. Endividaram-se para financiar esse crescimento de produção.

No momento em que o mundo entrou em depressão o consumo de café (principal produto de exportação brasileiro) não ocorreu como o esperado pelos brasileiros no mercado internacional e o preço do café despencou. Logo, o governo brasileiro não tinha como comprar todo café anteriormente exportado. Os efeitos da crise chegaram aqui: muito produto sem ter quem o consumisse. Os cafeicultores estavam insatisfeitos, pois achavam que o governo tinha que continuar “segurando” a situação, mas os estoques do governo eram imensos e não havia a possibilidade de venda/exportação desse produto a médio prazo. A decisão de queimar o café ocorreu no Brasil visando então manter o seu preço no mercado internacional.

Tudo isso ocorreu diante de uma crise política de grandes proporções no Brasil: as eleições de 1929/1930. Nesse momento as oligarquias brasileiras estavam divididas.

d) A Revolução de 1930

Por um lado, existia a ANL (Aliança Nacional Libertadora) que representava Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, sendo apoiada por grupos industriais emergentes, pela classe média e por alguns setores da burocracia militar e civil. Esse grupo apoiou a candidatura do governador do Rio Grande do Sul à presidência, Getúlio Vargas.

Por outro lado, existia a oligarquia cafeeira do PRP (Partido Republicano Paulista) e o poder central brasileiro, na figura do atual presidente Washington Luís, que apoiava o candidato paulista à presidência, Júlio Prestes. Na eleição venceu o candidato paulista com 57,7% dos votos.

Ocorre que uma situação latente de insatisfação ganhou força, pois acusavam a eleição de ter sido fraudulenta (apesar de ter ocorrido fraude de ambos os lados) e o assassinato de João Pessoa (governador da Paraíba) criou um clima de Revolução e de tomada de decisão. A Revolução de 30 foi feita nesse clima, nesse contexto histórico. Vejamos:

Contra o Rio, sede do governo federal, partiram duas colunas: uma saiu da Paraíba, chefiada pelo major Juarez Távora, e outra do Rio Grande do Sul, comandada pelo general Miguel Costa e pelo tenente-coronel Góis-Monteiro. Getúlio Vargas era o comandante geral da revolução. O movimento mobilizou 300 mil soldados. Cerca de 70 mil homens deslocaram-se por dois mil quilômetros, durante vinte dias, até Itararé, onde se esperava a confrontação final entre os rebeldes e as tropas do governo. Mas a batalha de Itararé foi a batalha que não houve: os principais comandos militares legalistas aderiram ao movimento revolucionário. No começo de novembro, três mil gaúchos de lenços vermelhos, chapéu e bombacha apareceram no Rio de Janeiro. Muitos amarraram seus cavalos no obelisco da Avenida Rio Branco, sob aplauso da população (POMAR, 1999, p.9).

Encerraremos esse item evidenciando o recorte espacial da Revolução de 1930 feita pelos estudos do Centro de Pesquisa e Documentação (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Esse centro, a partir dos estudos referentes à nossa história política, lembra que em Minas Gerais a

Revolução teve início no mesmo dia que em Porto Alegre. O movimento teve o apoio do presidente do estado, Olegário Maciel, que no próprio dia 3 de outubro fez publicar em O Minas Gerais - órgão oficial do governo mineiro - um manifesto conclamando o povo a apoiar os revolucionários. O comandante militar da revolução em Minas era o tenente-coronel Aristarco Pessoa, irmão de João Pessoa, em cujo estado-maior se incluíam Leopoldo Néri da Fonseca e Cordeiro de Farias. As unidades militares sediadas em Belo Horizonte quase não ofereceram resistência ao movimento, com exceção do 12º Regimento de Infantaria, que resistiu por cinco dias. Em resposta ao chamado dos líderes revolucionários, logo foram formados batalhões de voluntários na capital. No interior do estado os obstáculos à vitória da insurreição foram maiores, ao menos em algumas cidades. Na luta travada em Três Corações morreu Djalma Dutra, veterano dos levantes tenentistas da década anterior e elemento destacado da Coluna Prestes. Em Ouro Preto a resistência foi facilmente vencida, mas em São João Del Rei houve combates até o dia 15 de outubro, e em Juiz de Fora até o dia 23. De Minas Gerais partiu ainda uma coluna revolucionária que ocupou Vila Rica, a capital do Espírito Santo, no dia 19 de outubro.

(CPDOC/FGV, A era Vargas dos anos 20 a 45. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/Revolucao30/RupturaContinuidade> acesso 19/03/2011)

Uma junta militar depôs Washington Luís e entregou provisoriamente a presidência a Getúlio Vargas. Teremos o início de um longo período político sob liderança Varguista. Vejamos essa trajetória na próxima unidade.

Referências

- CARNEIRO, Paulo. Um panorama das conquistas sindicais. In: KUPSTAS, Márcia (org). **Trabalho em Debate**. São Paulo: Editora Moderna, 1997.
- CLEMENTE, Marcos Edilson de Araújo. Cangaço e Cangaceiros: Histórias e Imagens fotográficas do tempo de Lampião. *Revista de História e Estudos Sociais*. Out a Dez/2007, ano 4, v.4, n.4.
- CUNHA, Euclides. **Os sertões**. São Paulo: Abril, 1989.
- DE DECCA, Edgar S. **1930: o silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DIAS, Everardo. **História das Lutas Sociais no Brasil**. 2 ed., São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.
- DULCI, Otávio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2006.
- FOLHA de São Paulo, Editorial: **O Sarampo Antropofágico**. 15 de maio de 1978. Disponível em <http://almanaque.folha.uol.com.br/semana22.htm#> Acesso em 20/04/2011.
- KONDER, Leandro. **As idéias socialistas no Brasil**. São Paulo: Moderna, 1995.
- KOSHIBA, Luís e PEREIRA, Denise M. F. **História do Brasil**. São Paulo: Editora Atual, 1996.
- MIRANDA, Celso. Rio: Cidade Doente. *Revista Aventuras na História*. São Paulo, nº 15, novembro/2004, p.46-51.
- POMAR, Wladimir. **A era Vargas**: a modernização conservadora. São Paulo: Ática, 1999.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil de 1870-1930. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina**: Mentes Insanas em Corpos Rebeldes. São Paulo: Brasiliense, 1994.